

O DELÍRIO: UMA LINGUAGEM PRIVADA OU UM JOGO DE LINGUAGEM?

Sílvia Pereira Passos¹

José Eduardo de Almeida Moura²

RESUMO

Verifica-se se a definição de Delírio no DSM-V possui as mesmas características de uma Linguagem Privada, tal como foi problematizado por Ludwig Wittgenstein, através de uma Revisão de Literatura Narrativa, a qual produz uma contribuição para a discussão epistemológica do termo "delírio", e adota-se uma análise pragmática dos resultados. Tanto no DSM-V quanto na "Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais" é possível supor uma "definição de delírio" que admite o uso de expressões com significado privado. É possível pensar os diversos campos do saber e suas teorias como jogos de linguagem, ou seja, práticas discursivas que dotam de sentido, de acordo com o contexto de uso, as expressões linguísticas. Entretanto, percebe-se que alguns discursos científicos parecem ignorar, ou simplesmente dão pouca relevância, à função pragmática da linguagem. Essa constatação é pertinente para a construção de um olhar crítico perante o conhecimento cartesiano ainda vigente nos estudos científicos.

Palavras-chave: Delírio. Linguagem privada. Jogos de linguagem.

DELIRIUM: A PRIVATE LANGUAGE OR A LANGUAGE GAME?

ABSTRACT

The paper verifies if the definition of Delirium in DSM-V has the same characteristics of a Private Language as discussed by Ludwig Wittgenstein. It is used a Narrative Review of Literature to contribute to the epistemological discussion of the

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: silviapassospsi@gmail.com

² Professor orientador do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: joseeduardomoura@unirn.edu.br

term "delirium" and one adopts pragmatic method of linguistic analysis of the results. Both in the DSM-V definition and in "Psychopathology and Semiology of Mental Disorders" it is possible to suppose a "definition of delirium" that admits the use of expressions with private meaning. It is possible to think the various fields of knowledge and its theories as language games, that is, discursive practices that attributes meaning, according to the context, to linguistic expressions. However, it is perceived that some scientific discourses seem to ignore or simply give little relevance to pragmatic function of language. These findings are pertinent to the construction of a critical look at the Cartesian knowledge still valid in scientific studies.

Keywords: Delirium. Private language. Language games.

1 INTRODUÇÃO

Em "História da Loucura na Idade Clássica", Michel Foucault (1978), realiza uma retomada histórica para explicar como a loucura se transformou em doença mental ao longo do tempo. Foucault (1978) fala que, entre os séculos XVII e XVIII, o delírio não era compreendido como uma perturbação dos sentidos, mas como uma imagem fantástica da experiência trágica do homem. Atualmente, a literatura científica oferece uma leitura médica para tal fenômeno. O Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) apresenta a concepção de Delírio na sessão de "Espectro da Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos", definindo-o como "crenças fixas, não passíveis de mudança à luz de evidências conflitantes" (AMERICAN..., 2014, p. 87).

Em uma leitura com base em Ludwig Wittgenstein (1975), a partir de sua obra "Investigações Filosóficas", o funcionamento da linguagem se configura em uma visão pragmática – A explicação do mundo não acontece por meio da atribuição de significados pré-estabelecidos, mas pelas diferentes formas como as palavras são usadas em diferentes contextos (WITTGENSTEIN, 1975). A linguagem privada emerge, dessa forma, como uma espécie de recurso mentalista para solucionar a questão da determinação dos significados das palavras (FIGUEIREDO, 2009). Wittgenstein, por sua vez, acredita que a linguagem é uma atividade pública, e a noção de linguagem privada desconsidera a função pragmática da linguagem (HEBECHE, 2002). Neste ponto, já é possível inquirir (1) qual a definição de delírio no DSM-V? (2) Será que a definição do

DSM-V enquadra o Delírio tal como uma Linguagem Privada? (3) Como a teoria de L. Wittgenstein pode contribuir para a leitura deste fenômeno? Para responder tais questões definiu-se o objetivo geral de verificar se a definição de Delírio no DSM-V possui as mesmas características de uma Linguagem Privada tal como foi problematizado por Wittgenstein. Alcança-se o objetivo geral através dos seguintes objetivos específicos:

- Elucidar as definições de Linguagem Privada e Jogos de Linguagem dentro da história da Filosofia da Linguagem;
- Apresentar as definições que explicam o Delírio dentro do DSM-V e nas teorias psicológicas;
- Analisar a concepção de Delírio na literatura científica através do método pragmático.

O alcance dos objetivos irá proporcionar uma visão alternativa para a compreensão das definições de delírio, na medida em que traz uma contribuição para discussão epistemológica do termo e uma reflexão a respeito dos seus usos no cotidiano científico e popular. O delírio, nesse sentido, ganha uma nova roupagem quando visualizamos a possibilidade de aproximá-lo da noção de Jogos de Linguagem. Com isso, é possível enxergar a relevância teórica do trabalho quando alcançamos o âmago da teoria de Wittgenstein: a linguagem, sendo ela produto da loucura ou da razão, faz parte de um jogo de linguagem pertencente a uma forma de vida (COSTA, 2002).

A investigação desta hipótese apresenta relevância para o campo da Psicologia e da Filosofia, uma vez que há escassez de trabalhos acadêmicos que trazem reflexões a respeito da filosofia da linguagem e sua relação com o Delírio. Identificar uma possível “privatização”³ da noção de delírio na literatura científica pode representar o surgimento de um novo conflito transformativo para a prática psicológica.

Segundo Pears (1973), a ciência é um conhecimento factual. Se o termo “delírio”, presente no DSM-V, nasce de uma produção sistemática e científica, significa que é parte de um conjunto de conhecimentos factuais. Ainda com Pears (1973), a principal e mais importante contribuição teórica reside na “maneira como a filosofia se relaciona com o conhecimento factual” (PEARS, 1973, p. 25). Por esse motivo, ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de dirigir o olhar crítico da filosofia da linguagem para o campo da ciência psicológica.

³ Linguagem Privada.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é fruto de um trabalho que vem sendo realizado dentro do Programa de Bolsa Institucional do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) desde o início do ano de 2017. Para efeitos científicos, o trabalho adaptou-se ao formato de Revisão de Literatura Narrativa. Por outro lado, produz um conhecimento baseado na Filosofia da Linguagem e desenvolve-se a partir de uma postura analítica. Adota-se o método pragmático para a análise dos resultados, baseado na teoria de Wittgenstein (1975) que visualiza os diferentes usos de uma determinada expressão. A proposta é analisar a definição de “Delírio” presente no Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) por meio da discussão em torno da linguagem privada na teoria de Wittgenstein. Para realizar tal análise, foi preciso equipar-se de estudos das áreas de Psicologia e Filosofia.

As bases de dados utilizadas para o levantamento bibliográfico foram: BVS Psicologia, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e os Periódicos CAPES. Quando pesquisado pelo termo “Delírio” na SciELO foram apurados 230 resultados, na BVS Psicologia os resultados alcançaram mais de 600 artigos, já o maior número, apareceu nos Periódicos CAPES contabilizando mais de 4 mil artigos. Para realizar uma pesquisa de natureza epistemológica foi necessário descartar muitos artigos que abordavam o Delírio dentro de um campo de estudo específico, como por exemplo, o delírio em contextos institucionais, o delírio na infância, o delírio nas religiões, etc. Dessa maneira, precisou-se estabelecer critérios que atendessem ao caráter epistemológico do termo Delírio. Já os termos “Jogos de Linguagem” e “Linguagem Privada” não trouxeram resultados favoráveis dentro das plataformas SciELO e BVS Psicologia. Por exemplo, somando os resultados dos 2 termos buscados nas 2 plataformas, a quantidade total de pesquisas não alcançam a marca de 200 artigos. Nos periódicos CAPES, a busca dos termos “Jogos de Linguagem” e “Linguagem Privada” ultrapassam o número de 2.000 artigos, entretanto, nenhum deles abordavam a teoria de Wittgenstein. Neste caso, a combinação das palavras “jogos”, “linguagem” e “privada”, trouxeram pesquisas que falavam de jogos lúdicos, escolas públicas e privadas, discussões sobre linguagem de outros teóricos, etc. Tentando encontrar pesquisas adequadas ao que pretende-se alcançar na revisão de literatura, os critérios de inclusão adotados para seleção de

artigos foram:

1. Artigos que trouxessem as definições de Jogos de Linguagem ou Linguagem Privada na teoria de Wittgenstein;
2. Artigos que trouxessem a etiologia e as definições do termo Delírio;
3. Artigos que relacionassem delírio com a concepção pragmática da teoria de Wittgenstein.

Mesmo realizando essa seleção, muitos artigos apurados foram revistos e considerados insatisfatórios para os objetivos da pesquisa. Para isso, adotou-se também, os critérios de exclusão:

1. Artigos que tratassem o delírio em um grupo seletivo de pessoas;
2. Artigos que analisassem o delírio em um campo de atuação específico (exemplo: hospitais, escolas, instituições, esportes, projetos, regiões, etc.)
3. Artigos que focassem a teoria de Wittgenstein em um campo de discussão alheio aos interesses da pesquisa.

Com os resultados dessa seleção foi possível concluir que as bases de pesquisa escolhidas produzem um conhecimento voltado para as ciências da saúde, por isso que os números do termo “Delírio” foram mais proveitosos. Ainda, a maioria dos artigos encontrados nessas bases não atenderam completamente os objetivos da pesquisa, pois não trazem as contribuições filosóficas pertinentes aos termos “Jogos de Linguagem” e “Linguagem Privada”. Para solucionar essa lacuna, recorreu-se aos clássicos da Filosofia, as obras completas do filósofo Wittgenstein, os livros de introdução a Filosofia da Linguagem e os livros produzidos por autores/comentaristas de referência no assunto. Além disso, algumas revistas de Filosofia também foram exploradas.

A construção do texto está vinculada ao Grupo de Pesquisa “A prática da argumentação na Ciência e no Direito: O uso da analogia na Psicologia e na Argumentação Jurídica”, que se reúne uma vez por semana para discutir e criticar conteúdos referentes a esta temática.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Os primeiros estudos filosóficos acerca da linguagem se iniciaram desde a época de Platão enfatizando o caráter essencialista da linguagem, segundo o qual cada coisa

possui nome que expressa sua natureza. Na perspectiva platônica, as palavras possuem uma afinidade natural entre o som e sua significação, apresentando assim, a essência das coisas. De alguma forma, essa perspectiva influencia a história da semântica no Ocidente (OLIVEIRA,1996).

No final do século XIX e início do século XX, inicia-se o movimento analítico, resultado de uma investigação filosófica acerca da natureza da linguagem, comumente chamada de “filosofia analítica” ou “análise de linguagem” (COSTA, 2002). Aderindo a esta aceção, segundo Costa (2002), a filosofia investiga questões intrinsecamente relacionadas à linguagem, como por exemplo, a natureza do significado das expressões linguísticas, a natureza da verdade das proposições, a capacidade de comunicar-se e representar as coisas através da linguagem. Pears (1973), afirma que a partir dos estudos de Russell e Moore, a filosofia deixa de ser encarada como estudo direto do pensamento e passa a ser vista como um estudo feito por meio do exame da linguagem.

É com Frege que se inaugura o que se convencionou chamar de filosofia da linguagem ideal. Frege estava preocupado em conectar o pensamento matemático com o pensamento filosófico e foi a primeira pessoa a investigar os fundamentos da aritmética (OLIVEIRA, 1996; COSTA, 2002). Além disso, escreveu sobre a natureza do significado das expressões em um texto datado de 1892, intitulado “Sobre o Sentido e a Referência”. É a partir deste texto que se introduz a concepção de semântica na história da filosofia da linguagem.

Para Frege (1969), é necessário produzir um sinal para uma representação evocada por uma percepção, criando assim, um novo centro firme à volta do qual reúnem-se representações. Em outras palavras, o Sinal é a marca que fixa a representação do objeto. Frege afirma que a designação feita pelo Sinal desempenha o papel de um nome próprio que tem por referência um objeto determinado (FREGE, 2009). A filosofia de Frege em “Sobre o Sentido e a Referência”, parte da afirmação de que nomes próprios significam objetos, e ainda, exprimem um sentido. Surge então, a distinção fundamental entre sentido e referência que constitui o cerne da semântica de Frege (OLIVEIRA, 1996).

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (Bedeutung), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (Sinn) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto (FREGE, 2009, p. 131).

Costa (2002) diz que a distinção entre sentido e referência parte de uma dificuldade encontrada por Frege na interpretação da natureza de certas frases. Supomos que “ $a = b$ ” nomeia “A estrela da manhã é a estrela da tarde”. As expressões “ a ” e “ b ” se referem a uma mesma coisa, entretanto, possuem sentidos diferentes. Frege, chega à conclusão que essa frase fala de uma relação de identidade entre nomes de objetos (COSTA, 2002). A frase “A estrela da manhã é a estrela da tarde” é informativa pois consegue expressar dois sentidos diferentes para a mesma referência. Sabemos que a estrela é a mesma, isto é, trata-se do mesmo objeto. A diferença é que esse objeto aparece em tempos diferentes, pela manhã e pela tarde, permitindo que essa frase seja informativa e exprima sentido. A mesma coisa não aconteceria na frase “a estrela da manhã é a estrela da manhã”, ou na frase “ $a = a$ ”, pois se trata do mesmo objeto com o mesmo sentido. Neste caso, Frege afirma que essas frases não informativas são sustentadas *a priori* (FREGE, 2009).

O pensamento para Frege é o sentido de uma proposição⁴ e possui relevância para identificar seu valor-de-verdade. O pensamento é portador de verdade ou de falsidade. Portanto, quando alguém diz que algo é verdadeiro ou falso, está se referindo ao sentido do pensamento por ele expresso (COSTA, 2002). Uma mesma frase que é escrita em diferentes línguas possui o mesmo valor de verdade porque expressa o mesmo sentido.

O sentido de uma frase, nesta perspectiva, é o pensamento, a ideia que ela expressa (COSTA, 2002). Sucintamente, essa é uma parte da teoria de Frege que nos interessa, pois define o entendimento sobre semântica e marca o início da filosofia da linguagem ideal.

Após a produção de Frege, surgem as ideias de Bertrand Russell ainda no campo da filosofia da linguagem ideal. Para Miguens (2007), sua filosofia é um contraste da “revolução semântica” de Frege e a postura de Wittgenstein no *Tractatus*. Uma de suas ideias fundamentais é o atomismo lógico onde Russell explica que os termos simples da linguagem correspondem a átomos lógicos no mundo. A ideia central é que todas as sentenças, quando devidamente analisadas, revelam-se constituídas de signos atômicos

⁴ “Así, puedo decir: el pensamiento es el sentido de una proposición, sin querer afirmar con ello que el sentido de toda proposición es un pensamiento. El pensamiento, en sí imperceptible, se viste con el ropaje sensible de la proposición y se nos vuelve más asible. Decimos que la proposición expresa un pensamiento” (FREGE, 1974).

referentes aos elementos simples da realidade (COSTA, 2002). Ainda com Miguens (2007), esses átomos lógicos são, para Russell, o que ele chama de *sense data*: entidades físicas, privadas, passageiras e momentâneas que se tem acesso por meio do contato direto. Para entender esse contato é necessário compreender outra contribuição russelliana, a teoria das descrições. Segundo essa teoria, o conhecimento é dividido em dois entendimentos: o conhecimento direto e o conhecimento por meio da descrição (RUSSELL, 1912). O conhecimento direto, também chamado de familiaridade, é o conhecimento que adquirimos através dos dados dos sentidos, aqueles com os quais somos imediatamente postos em contato (COSTA, 2002). Em seu texto, Russell (1912) traz o exemplo da mesa para explicar esse conceito. Nesse sentido, quando o contato direto com o objeto “mesa” acontece, pode-se obter dados imediatos sensoriais, como a sua cor, textura, lisura, forma, etc. Já o conhecimento por descrição, é caracterizado conforme o conjunto de conhecimentos obtidos pelos sentidos, ou seja, tudo aquilo que conheci por familiaridade compõe a descrição da imagem total de um objeto. Conforme Costa (2002), Russell veio a sugerir que o conhecimento por descrição se define apenas por construções lógicas, meras ficções simbólicas, completamente redutíveis a conjuntos de entidades que conhecemos por familiaridade.

Para conhecer alguma coisa sobre a mesa, devemos conhecer verdades que a conectem com as coisas das quais temos um conhecimento direto [...] Não há um estado mental em que somos diretamente conscientes da mesa; todo nosso conhecimento da mesa é realmente um conhecimento de verdades, e a coisa mesma que constitui a mesa não nos é estritamente falando, conhecida (RUSSELL, 1912, p. 40).

De acordo com Costa (2002), Russell acreditava que o conhecimento por descrição é passível de erro. Por esse motivo, ele irá apresentar uma concepção de “significado” que diverge da proposta por Frege. À vista disso, Russell propõe que o significado de um nome é simplesmente aquilo a que ele se refere (COSTA, 2002). Nesta perspectiva, só pode ser um nome aquela expressão que se refere de fato a um objeto. Como por exemplo, o significado da palavra vermelho se dá por meio do contato direto e sensorial que se teve com a cor no mundo real. Por outro lado, existem palavras que nomeiam entidades inexistentes, como “Pégaso” ou “Unicórnio” (COSTA, 2002). Essas expressões, para Russell, são palavras formadas pelo conhecimento por descrição. Russell não as considera nomes verdadeiros, entretanto, representam a possibilidade de abstração dos conhecimentos por familiaridade. Se o conhecimento direto não traz

engano, o conhecimento por descrição pode levar a uma forma de ceticismo, nas palavras de Miguens (2007), “nomes comuns da linguagem corrente não garantem a existência dos objetos por eles indicados”. Para tal afirmação, o exemplo clássico de Russell é “o atual rei da França é calvo”. Na teoria de Frege essa frase não possui valor de verdade, pois não há uma referência para o sujeito, não existe um “atual rei da França”. Russell, no entanto, discorda desta visão, ele defendia que nomes próprios que não se referem a um objeto, são abreviações de descrições definidas (PENCO, 2006). Ou seja, o atual rei da França, mesmo não fazendo referência a um indivíduo, pode ser caracterizado por meio de certas propriedades descritivas. Segundo Penco (2006), a existência do artigo definido “o” permite subentender dois aspectos que Russell (1912) definiu como: existência e unicidade. Sendo assim, é necessário explicitar o que está por trás do artigo definido e retirar “o atual rei da França” da posição de sujeito. Para isso, formula-se:

- (1) Enunciado de existência: “ao menos uma coisa é o atual rei da França.”
- (2) Enunciado de unicidade: “no máximo uma coisa é o atual rei da França.”
- (3) Enunciado predicativo: “Essa coisa é calva.”

Russell concorda que o que deve ser requerido é a existência de algo, mas não que este algo seja o atual rei da França (COSTA, 2002). A partir de Penco (2006), entendemos que a frase “o atual rei da França é calvo” se traduz em “existe um alguém que é um atual rei da França e todo aquele que for um atual rei da França é igual a este, e este é calvo.” Para quem sabe lógica, isso pode ser expresso como:

$$“\exists x (Fx \ \& \ (\forall y) (Fy \rightarrow (y = x)) \ \& \ Cx)”^5$$

Sabe-se que essa fórmula representa uma sentença falsa, uma vez que o enunciado de existência é falso (não há uma referência para tais nomes), é por isso que Russell chega à conclusão de que o sentido dos nomes próprios da linguagem é simplesmente o sentido das descrições definidas que é dado pelo sentido dos predicados envolvidos na descrição (MIGUENS, 2007).

⁵ Fórmula retirada do livro “Filosofia da Linguagem” do professor Cláudio Costa. Aqui, abrevia-se o predicado “o atual rei da França” por F e o predicado “é calvo” por C.

Influenciado pelas ideias do atomismo lógico, Ludwig Wittgenstein torna-se discípulo de Russell, e inicia seus estudos ainda no campo da semântica. Com Russell, Wittgenstein conseguiu desenvolver suas primeiras anotações sobre linguagem. Faz-se pertinente colocar, nesse momento, que foi reservada uma seção específica para elucidar as contribuições de Wittgenstein para a filosofia da linguagem. Por enquanto, é suficiente dizer que sua trajetória sofre significativas influências das teorias de Frege e Russell, culminando na publicação do “*Tractatus Logico-Philosophicus*” em 1921, logo após sua participação como soldado na primeira guerra mundial. É a partir da publicação da obra “*Investigações Filosóficas*” em 1953 que se percebe que Wittgenstein mudou de posição em relação àquelas adotadas anteriormente por Frege e Russell. Essa mudança pode ser denominada por aquilo que Oliveira (1996) chamou de “Reviravolta linguístico-pragmática”, surgindo, assim, a filosofia da linguagem ordinária, colocando em questão a linguagem cotidiana. Abandonando o idealismo alemão, Wittgenstein adota uma visão pragmática da linguagem, compreendendo que a finalidade da filosofia não é elaborar doutrinas filosóficas, mas esclarecer as suas proposições (PERUZZO JÚNIOR, 2009). A ruptura com a teoria existente no *Tractatus* representa um novo entendimento do funcionamento da linguagem, uma passagem da semântica para a pragmática.

3.2 INTRODUÇÃO A TEORIA DE WITTGENSTEIN

Ludwig Wittgenstein nasceu em Viena no ano de 1889, e morreu em Cambridge no ano de 1951. Era filho de uma família austríaca que motivava fortemente sua formação intelectual. Sua teoria foi dividida em duas fases, a primeira fase ficou conhecida como “o primeiro Wittgenstein” e a segunda fase como “o segundo ou último Wittgenstein”. Inicialmente, sua filosofia irá sofrer forte influência do pensamento de Bertrand Russell, o que resultou no seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, escrito durante a Primeira Guerra Mundial. Aqui, o primeiro Wittgenstein, desenvolve uma teoria do significado linguístico cujo objetivo é descobrir como é possível falar do mundo (CAVASSANE, 2010). No *Tractatus* ele havia sustentado que a linguagem partilha de uma estrutura lógica uniforme que só poderia ser desvelada pela análise filosófica (PEARS, 1973). A partir da teoria pictorial da frase, Wittgenstein encontra uma solução para explicar a conexão entre linguagem e mundo, em que enfatiza a importância da

estrutura lógica da linguagem na compreensão da estrutura lógica do mundo. Segundo essa teoria, as frases declarativas⁶ podem ser concebidas como figurações ou quadros capazes de representar a realidade ao nível da linguagem (COSTA, 2002).

Nesse sentido, existem os objetos do mundo real, e o conjunto desses objetos formam os fatos. Análogo a isso, a linguagem e as palavras são as formas de figuração dos objetos, que em conjunto, formam as frases. Sendo assim, as frases devem representar os fatos. Wittgenstein (1968) acreditava que “os limites da linguagem definem os limites do mundo”. Para ele, só é possível pensar e expressar fatos logicamente possíveis: assim como a forma lógica dos objetos constitui os fatos da realidade, a forma lógica das palavras determina quais delas podem constituir frases com sentido. Portanto, nesta perspectiva, a linguagem afigura os fatos, e somente por meio da análise lógica das frases é possível chegar ao pensamento contido na frase (CAVASSANE, 2010).

A discussão que circunscreve esta fase inicial está presente na tese do indizível, que expõe o radicalismo do *Tractatus*. A tese do indizível explica que todo conteúdo subjetivo, como por exemplo, os assuntos da ética, da estética e da religião, bem como as proposições da lógica e da matemática, não podem ser expressos através da linguagem (CAVASSANE, 2010). Esse conteúdo diz respeito somente à forma dos fatos e não propriamente aos fatos; um conteúdo que não é capaz de representar fatos, encontra-se além dos limites da linguagem (COSTA, 2002). Com isso, Wittgenstein escreve no *Tractatus* o seguinte aforismo: “7. O que não se pode falar, deve-se calar.” (WITTGENSTEIN, 1968, pág. 129). A construção de um conteúdo inconsistente deve ser silenciada na medida em que não pode ser expressa.

Posteriormente, o radicalismo desta concepção foi considerado limitante até mesmo pelo próprio Wittgenstein. Após a publicação do *Tractatus*, ele se distancia da filosofia e vai em busca de outros ofícios. Segundo Cavassane (2010), neste período, a maturidade e a experiência obtida na nova profissão trouxe reflexões importantes para reconhecer que sua primeira filosofia precisava ser revista. Ao retornar a Cambridge em 1929, Wittgenstein reformula suas perspectivas sobre linguagem e mundo, atentando-se para o funcionamento da linguagem ordinária. Isso significa que pensar o funcionamento linguístico implica em desconstruir a concepção de que existe apenas

⁶ As frases declarativas ocorrem quando o emissor constata um fato. Esse tipo de frase informa ou declara alguma coisa. A característica lógica fundamental dessas frases é que podem ser verdadeiras ou falsas.

uma maneira de analisar a linguagem. Percebe-se que buscar os objetos por trás da linguagem engessa a teoria em uma perspectiva semanticista. Wittgenstein surge com a ideia de que o método correto seria evitar teorização acerca da linguagem e concentrar-se em reunir fatos a propósito dela (PEARS, 1973).

No início das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein (1975) insere uma citação das *Confissões* de Santo Agostinho que aborda uma determinada imagem da essência da linguagem humana. A concepção agostiniana da natureza da linguagem afirma que as palavras designam objetos e as frases são concatenações de palavras, é essa ideia que será criticada ao longo das *Investigações* (MIGUENS, 2007). Santos e Mulianari (2013) escreveram que é importante salientar que essas definições sobre significado e objeto também fundamentaram as teses centrais dos escritos de semântica de Frege, Russell e do próprio *Tractatus* de Wittgenstein. No entanto, a partir das *Investigações*, o filósofo insere a concepção pragmática na discussão e se contrapõe à visão designativa das palavras. Ele compreende que, embora a significação e a nomeação se dêem em alguns casos do uso da linguagem, isso não se dá em todos os casos. Se a visão designativa estivesse correta para todos os casos, o processo pelo qual as palavras ganham significado seria semelhante ao ato de colar etiquetas em objetos com o nome do próprio objeto (SANTOS; MULIANARI, 2015). Colocar etiquetas nas coisas não é tudo que a linguagem é, tampouco o que ela faz, e sobretudo não é uma boa forma de resumir a essência da linguagem. Após a citação de Agostinho é possível visualizar alguns aforismos com exemplos criados por Wittgenstein, mostrando uma concepção alternativa da forma como a linguagem funciona (MIGUENS, 2007).

É na concepção de *ensino ostensivo* que Wittgenstein oferece um lugar para o conceito de significação de Santo Agostinho, uma vez que estabelece ligação associativa entre a palavra e a coisa (WITTGENSTEIN, 1975), entretanto, o ensino ostensivo é muito útil somente para uma linguagem primitiva, assim como para uma criança que está aprendendo a falar. Por exemplo, quando se quer ensinar o significado de pedra para uma criança, basta apontar para o objeto pedra e dizer “isto é uma pedra”. O que interessa aqui é ressaltar que mesmo que o processo ostensivo desempenhe um papel importante na aquisição da linguagem, o mesmo não pode ser tomado como modelo geral de significação. Além disso, é possível perceber que Wittgenstein prefere utilizar “ensino ostensivo” no lugar de “definição ostensiva”, pois, ao que parece, “ensino ostensivo” mantém relação conceitual entre significado e uso, ao passo que “definição

ostensiva” leva a crença na conexão universal entre significado e objeto (SANTOS; MULIANARI, 2015).

Na práxis do uso da linguagem (2), um parceiro enuncia as palavras, o outro age de acordo com elas; na lição da linguagem, porém, encontrar-se-á este processo: o que aprende denomina os objetos (WITTGENSTEIN, 1975, p. 16).

O segundo Wittgenstein, acreditava que o significado de uma palavra é seu uso em determinada situação, isto é, dizer o que uma palavra significa é o mesmo que dizer como ela é usada (FIGUEIREDO, 2009). A linguagem, desta maneira, é como uma nebulosa constituída de diversos locais, regiões e experiências mais ou menos aparentadas entre si, e é nesta diversidade que o filósofo deve focalizar sua atenção (COSTA, 2002). Para exemplificar, o filósofo ainda introduz no decorrer do texto um jogo de linguagem elementar: dois pedreiros trocam materiais de construção enquanto anunciam os nomes destes materiais (tijolo, lajota, colunas, etc). O que interessa nesse exemplo é destacar que, mesmo em uma linguagem tão simplificada, as palavras não podem ser reduzidas a meras designações, pois há algo além de uma ligação associativa entre palavra e coisa. As enunciações verbais dos pedreiros correspondem àquilo que na linguagem cotidiana, seriam ordens, ou seja, proposições completas (PENCO, 2006).

E poder-se-iam chamar também de jogos de linguagem os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada. Pense os vários usos das palavras ao se brincar de roda. Chamarei também de “jogos de linguagem” o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada (WITTGENSTEIN, 1975, p. 16).

Baseado em Miguens (2007), o próprio conceito de “jogo” permite a observação acerca da importância das *semelhanças de família* na instituição de conceitos. O que há em comum entre as cartas, o xadrez, o dominó, que são considerados jogos? O que existe é uma rede complicada de semelhanças⁷ e diferenças entre diversos tipos de jogos. Além do mais, não existe uma essência comum a todos os jogos, não existe nenhum conjunto de propriedades necessárias e suficientes para definir todos os jogos. Muitas vezes, várias modalidades (cartas, xadrez, dominó) de um mesmo conceito (jogo) têm

⁷A discussão sobre semelhanças também é introduzida nos estudos sobre Analogia que apresenta o raciocínio analógico como uma identificação de um sistema relacional comum entre duas situações e a geração de inferências adicionais impulsionadas por essas semelhanças. A capacidade de interpretar a semelhança entre duas situações ou eventos - é um aspecto fundamental da cognição humana (GENTNER; SMITH, 2012).

parentesco entre si como os membros de uma família. Por tudo isso, Wittgenstein fala de "semelhanças de família" por acreditar que expressões como "jogo" e muitas outras ainda exprimem conceitos que não possuem um conjunto de propriedades bem definidas (PENCO, 2006).

Conforme Penco (2006), toda linguagem é um jogo, no sentido de ser constituída por regras e pela sua aplicação (os "lances" do jogo ou "jogadas"). É por isso que Wittgenstein introduz a concepção pragmática para o entendimento da linguagem. Como em alguns jogos de tabuleiro, por exemplo, não basta designar as peças, é preciso explicar os lances, sua movimentação e sua aplicação segundo determinadas regras – assim também é no jogo de linguagem: para compreender um enunciado é necessário compreender seu *modo de uso*. Atrelado a isso, existem os limites de aplicação, isto é, regras de uso das palavras. E esses limites, por sua vez, não são fixos, pois estão em constante transformação conforme o contexto.

Todavia, o significado de uma palavra pode ser explicado em inúmeros contextos distintos. É o que Wittgenstein chamou de *formas de vida*. De acordo com Figueiredo (2009), é preciso que haja um contexto social, histórico, psicológico, econômico, físico, para inferirmos o significado de um termo. Para Lampreia (1999), isso significa que a linguagem não é uma forma de representação, é algo usado em atividades humanas, e deve ser visto como uma forma de ação.

Os Jogos de Linguagem, conceito norteador das Investigações Filosóficas, liga a expressão de uma palavra ao contexto no qual é proferida. Portanto, o significado de uma expressão pode ser concebido através do seu modo de uso, determinado pelas regras de um jogo de linguagem pertencente a uma forma de vida (COSTA, 2002).

3.3 O ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA

Em Investigações Filosóficas, nasce a ideia de Linguagem Privada. As palavras dessa linguagem referem-se ao que pode ser conhecido apenas pelo falante; às suas sensações imediatas e privadas (WITTGENSTEIN, 1975). Como por exemplo, quando dizem que a dor do outro é algo que só ele sente e que, portanto, é indescritível. Se o que sentimos não pode ser sentido pelo outro, trata-se de um objeto privado (FIGUEIREDO, 2009). Após apresentar esta ideia, Wittgenstein argumenta que não é possível existir tal linguagem. Essa contribuição foi importante para se contrapor à filosofia da mente, à

metafísica de Descartes e às versões da teoria da representação da mente que se tornaram proeminentes na ciência cognitiva do final do século XX (CANDLISH; WRISLEY, 2014). Wittgenstein tinha intenção de chamar a atenção dos filósofos para uma noção inaudita que estava presente em algumas dessas teorias e depois argumentar que ela é irrealizável.

No mentalismo, afirma-se um plano mental privado, na tentativa de solucionar o significado das palavras para as quais não conseguimos encontrar referências objetivas no mundo real. Na pragmática de Wittgenstein, uma linguagem supostamente ininteligível para qualquer pessoa, exceto o usuário original, é impossível. Uma linguagem dessa natureza precisa, necessariamente, ser ininteligível para o usuário original também, pois ele seria incapaz de estabelecer significados para seus sinais putativos (CANDLISH; WRISLEY, 2014).

Figueiredo (2009), afirma que se a teoria das sensações privadas e inacessíveis estivesse correta, não poderíamos nos referir a nossas sensações por meio de palavras que são compreendidas intersubjetivamente. Toda e qualquer palavra só adquire significado dentro de relações sociais, ou seja, uma palavra só pode surgir associada a condições publicamente acessíveis a sua aplicação. O que podemos conceber, na realidade, são regras de usos da linguagem, que surgem a depender das formas de vida em que os sujeitos estão inseridos.

Ainda com Figueiredo (2009), para que uma afirmação signifique algo, é necessário que já existam critérios para sua significação. Só é possível compreender a expressão “dor é ruim”, porque existe uma referência anterior e pública, às palavras “dor” e “ruim”. Se essas palavras não possuísem uma referência anterior, a expressão não informaria absolutamente nada. Ademais, se alguma coisa é uma linguagem, então é um fenômeno público e constituído pelo acordo dos falantes quanto ao uso dos signos (PENCO, 2006).

3.4 O DELÍRIO

O termo delírio tem origem na palavra latina *lira* que significa sulco (falha deixada na terra pelo arado), sendo assim, *de-liro* significa aquilo que está fora do sulco, isto é, fora do caminho reto da razão (BRIGGS; RINALDI, 2014). Em “História da Loucura na Idade Clássica”, Michel Foucault (1978) realiza um resgate histórico para explicar

como o discurso do louco foi se transformando em delírio ao longo do tempo. Foucault (1978), fala que antes do século XVII o delírio não era compreendido como uma perturbação dos sentidos, mas como uma imagem fantástica da experiência trágica do homem. Por esse ângulo, a palavra “delírio” se referia aos mais diversos erros de razão, sejam os do comportamento, do juízo ou da percepção (BRIGGS; RINALDI, 2014). Nas palavras de Christian Dunker (2017), a loucura, na antiguidade, era uma experiência quase divina ou transcendental – o louco era um personagem errante, uma espécie de jornalista, trazendo notícias de outros mundos. Nesse contexto, a palavra do louco tinha uma repercussão social, de alguma maneira, tinha uma função. Por isso, ele era considerado um sujeito de experiência trágica. O que acontece com a modernidade a partir do século XVII, é que o louco perde essa condição. A separação cartesiana trouxe um giro conceitual nas teorias da insanidade, e a medicina ocidental começou a considerar uma associação entre doença física e doença mental (BERRIOS, 2011).

Atualmente, o delírio aparece no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) dentro da sessão de “Espectro da Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos” e é o primeiro sintoma da modalidade “Características essenciais que definem o transtorno psicótico”. Nesta modalidade, o delírio é definido como “crenças fixas, não passíveis de mudança à luz de evidências conflitantes” (AMERICAN..., 2014, p. 87). Em seguida, são apresentadas subcategorias de delírio, sendo elas: delírio persecutório, de referência, somático, religioso, de grandeza, eteromaníacos e niilistas. Ainda na mesma modalidade, segue-se mais uma afirmação acerca do delírio:

Delírios são considerados bizarros se claramente implausíveis e incompreensíveis por outros indivíduos da mesma cultura, não se originando de experiências comuns da vida (AMERICAN..., 2014, p. 87).

Surge a classificação bizarro, que por sua vez, é explicado pela ideia de manifestação incompreensível e implausível para outros indivíduos da mesma cultura. Em “Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais”, o delírio é definido como “juízos patologicamente falsos”, e ainda como “um erro do ajuizar que tem origem na doença mental” (DALGALARRONDO, 2008, p. 209). Dalgalarrondo (2009), afirma que o delírio é um fenômeno primário, fato que o torna psicologicamente incompreensível e impenetrável, sendo incapaz de ser atingido pela relação intersubjetiva, pelo contato

empático entre entrevistador e entrevistado. Essa ideia é baseada nos estudos de Karl Jaspers (1997) na obra *General Psychopathology*, onde encontramos uma mudança na classificação dos delírios e suas características formais ou estruturais, bem como sua compreensibilidade. Para Jaspers, a incapacidade do psiquiatra de alcançar uma compreensão empática da experiência do paciente era o verdadeiro sinal de loucura e era o principal critério para a distinção entre delírios primários (ou ilusões propriamente ditas) e delírios secundários (ou idéias semelhantes a delírios). Jaspers afirmava que o primeiro não pode ser entendido fenomenologicamente e se origina no que ele descreve como uma transformação em nossa total consciência da realidade, enquanto o último se origina de maneiras compreensíveis a partir da experiência (PORCHER, 2016). Com Pardo e Lerner (2001) o delírio é, para a psiquiatria, uma crença imóvel, produto de construções psíquicas do paciente separadas da realidade, que governam a conduta. Ainda definiram que o “Delírio Discursivo” é um discurso fixo, impenetrável e monologista, tornando a comunicação impossível.

4 DISCUSSÃO

Será o delírio uma linguagem inacessível para outros indivíduos da mesma cultura? Tanto na definição do DSM-V quanto na definição de “Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais” é possível supor uma definição de delírio que admite o uso de expressões com significado privado. Para admitir essa suposição, se faz necessário voltar mais uma vez para Wittgenstein, onde se encontra uma discussão importante que é introduzida nas Investigações Filosóficas. Criou-se, com a linguagem, a ilusão de que é possível apenas conhecer nossas próprias experiências de um modo que ninguém mais pode conhecê-las. Quando esse discurso está no campo do delírio, as definições que são apresentadas, confirmam essa afirmação. Para Figueiredo (2009), essa leitura tradicional limita o raciocínio filosófico e leva-nos a uma impossibilidade lógica. Sabe-se, também, que a comunicação entre os jogos de linguagem é constituída pelo acordo entre o falante e o ouvinte: se não há acordo, não há comunicação. Mesmo não havendo comunicação entre um sujeito que delira e um sujeito que não delira, a existência de uma linguagem privada ainda não seria admitida. O que ocorre, na realidade, é apenas a existência de um não-acordo entre o falante e o ouvinte. Compreendendo o jogo de linguagem em que o delírio está inserido, ou seja,

compreendendo o contexto histórico, o modo de uso, a forma de vida e o conjunto de atividades com as quais esta linguagem está interligada (Wittgenstein, 1975), talvez esse acordo possa ser estabelecido.

Partindo dessa perspectiva, conforme Silva e Rudge (2017), é possível pensar os diversos campos de saber e suas teorias como jogos de linguagem, ou seja, práticas discursivas que serão dotadas de sentido de acordo com o contexto. Entretanto, percebe-se que alguns discursos científicos parecem ignorar, ou simplesmente dão pouca relevância, à função pragmática da linguagem, o seu valor prático e a sua função nas práticas sociais humanas. Por mais que o delírio represente uma fuga das regras estabelecidas de um determinado jogo de linguagem, designá-lo como algo que não se origina de experiências comuns da vida (DSM-V, 2015), determiná-lo como sendo incapaz de ser atingido pela relação intersubjetiva (DALGALARRONDO, 2008) e caracterizando-o como fixo, imutável e impenetrável, é oposto a tudo que Wittgenstein propõe na construção do argumento contra a Linguagem Privada.

5 CONCLUSÃO

Com a contribuição da filosofia da linguagem, das discussões epistemológicas do termo “delírio” e da teoria de Wittgenstein, visualiza-se a importância da concepção pragmática da linguagem. Tendo como objetivo verificar a existência de uma linguagem privada na definição de “delírio” contida no DSM-V, traçou-se um caminho que permitiu elucidar a teoria do Jogo de Linguagem, bem como o argumento da Linguagem Privada, todas elas presentes nas Investigações Filosóficas. Após perceber que esse conteúdo dialoga com as definições de delírio, a construção de uma análise crítica através do método pragmático foi realizada. A forma como este termo é usado na leitura psiquiátrica do DSM-V, permitiu que a hipótese fosse confirmada: a definição de Delírio no DSM-V possui conteúdos que expressam uma espécie de Linguagem Privada.

Ainda que o conhecimento gerado pelo DSM-V e pela filosofia da linguagem consistam em pontos de vista completamente distintos, não podemos esquecer que esses conhecimentos revelam a tentativa de construir um sentido sobre algo. Contudo, mesmo que o delírio seja uma expressão particular da forma de vida do sujeito, não está desvinculado do contexto, dos sentidos linguísticos que antecipam e constroem a realidade da doença, do afeto, da sensação (Silva e Rudge, 2017). A contribuição que a

teoria do segundo Wittgenstein traz para a leitura desse fenômeno é notória. A possibilidade de pensar o sintoma psicótico sob a perspectiva pragmática é pensar de que modo ele funciona e que uso o sujeito faz dele. Para isso, os jogos de linguagem estão aí para dizer que as possibilidades de significação são sempre variadas.

Essa constatação é pertinente para a construção de um olhar crítico perante o conhecimento cartesiano ainda vigente nos estudos científicos. Compreender o delírio como um Jogo de Linguagem pode contribuir para a humanização nas práticas de saúde mental, uma vez que, sendo o delírio uma linguagem inacessível e incompreensível para os indivíduos da mesma cultura, a motivação para se aproximar destas realidades tornam-se cada vez mais escassas. Isso, também, poderia contribuir para derrubar estigmas relacionados à loucura na sociedade e, por fim, fomentar pesquisas futuras.

REFERENCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BERRIOS, German E. Delirium e confusão mental no século XIX: uma história conceitual. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 1, 2011.

BRIGGS, Raquel; RINALDI, Doris. O sujeito psicótico e a função do delírio. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 3, 2014.

CAVASSANE, Ricardo Peraça. A crítica de Wittgenstein ao seu "Tractatus" nas "Investigações Filosóficas". **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 10, n. 2, 2010.

CANDLISH, S.; WRISLEY, G. Private Language. **Stanford Encyclopedia of Philosophy** (FALL 2014 Edition) Edward N. Zalta (Ed.), URL=<https://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/private-language/>.

COSTA, Claudio Ferreira. **Estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

COSTA, Claudio Ferreira. **Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DUNKER, Christian. **A diferença entre loucura e psicose | christian dunker**. 2017. (8m25s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jFPY7VPGGrE>. Acesso em: 25 set. 2018.

FIGUEIREDO, Nara Miranda de. **Estudo sobre regras e linguagem privada. A**

divergência de interpretações sobre a noção de regra nas Investigações Filosóficas. 2009. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
FOUCAULT, Michel. História da loucura. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

FREGE, G. El pensamiento. In: _____. **Escritos lógico-semánticos.** Madrid: Editorial Tecnos, 1974. p. 138-139

FREGE, G. Sobre a justificação científica de uma conceitografia. **Bedeutung, Vandenhoeck e Ruprecht in Goettingen,** 1969.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem.** 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

GENTNER, D.; SMITH, L. Analogical reasoning. In V. S. Ramachandran (Ed.) **Encyclopedia of Human Behavior** (2nd Ed.) Oxford, UK: Elsevier. 2012. pp. 130-136.

HEBECHE, Luiz. **O mundo da consciência:** ensaio a partir da filosofia da psicologia de L. Wittgenstein. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HINTIKKA, Jaakko. **Uma investigação sobre Wittgenstein.** Campinas, SP: Papyrus, 1994.

JASPERS, Karl. **General psychopathology.** JHU Press, 1997.

LAMPREIA, Carolina. Linguagem e atividade no desenvolvimento cognitivo: algumas reflexões sobre as contribuições de Vygotsky e Leontiev. **Psicologia: reflexão e crítica,** v. 12, n. 1, 1999.

MIGUENS, Sofia. **Filosofia da linguagem: uma introdução.** Universidade do Porto, 2007.

MORENO, Arley Ramos. **Wittgenstein: aspectos pragmáticos.** Campinas: UNICAMP, 2007.

MORENO, Arley Ramos. **Wittgenstein: como ler o álbum?.** Campinas: UNICAMP, 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PARDO, María Laura; LERNER, Beatriz. El discurso psicótico: una vi sión multidisciplinaria desde la lingüística y la psiquiatría. **Revista signos,** v. 34, n. 49-50, p. 139-147, 2001.

PEARS, David. **As ideias de Wittgenstein.** São Paulo: Cultrix, 1973.

PENCO, Carlo. Introdução à filosofia da linguagem. **Petrópolis: Vozes,** 2006.

PERUZZO JÚNIOR, Léo. O conceito de filosofia segundo Wittgenstein. **Kalagatos: Revista**

de Filosofia, v. 6, n. 11, p. 91-107, 2009.

PORCHER, José Eduardo. The classification, definition, and ontology of delusion. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 19, n. 1, p. 167-181, 2016.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. Florianópolis: Home University Library, 1912.

SANTOS, Jorge Augusto da Silva; MULINARI, Filício. A crítica de Ludwig Wittgenstein nas Investigações filosóficas ao paradigma agostiniano de linguagem. **XIII Congresso Internacional de Filosofia Medieval**, 11, 2011, Vitória, 2013.

SILVA, Ana Carolina; RUDGE, Ana Maria. Construindo a noção de sintoma: articulações entre psicanálise e pragmática. **Psicologia USP**, v. 28, n. 2, 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Aulas e Conversas**. Lisboa: Edições Cotovia, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril cultural, 1975. (Os pensadores).

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução : J. A. Giannotti. São Paulo/SP : Cia Ed. Nacional/EDUSP. 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia**. 2. ed. Oxford: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.